



e-cadernos CES

18 | 2012

Epistemologias feministas: ao encontro da crítica radical

Entre reflexões e práticas: feminismos e militância nos estudos migratórios

Thais França



Edição electrónica

URL: <http://journals.openedition.org/eces/1527>

DOI: 10.4000/eces.1527

ISSN: 1647-0737

Editora

Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

Refêrencia eletrónica

Thais França, « Entre reflexões e práticas: feminismos e militância nos estudos migratórios », *e-cadernos CES* [Online], 18 | 2012, posto online no dia 01 dezembro 2012, consultado o 15 novembro 2019. URL : <http://journals.openedition.org/eces/1527> ; DOI : 10.4000/eces.1527



ENTRE REFLEXÕES E PRÁTICAS: FEMINISMOS E MILITÂNCIA NOS ESTUDOS MIGRATÓRIOS

THAIS FRANÇA

CENTRO DE INVESTIGAÇÃO EM ESTUDOS SOCIAIS, INSTITUTO UNIVERSITÁRIO DE LISBOA

Resumo: O presente artigo tem como objetivo refletir acerca das contribuições dos estudos feministas para as investigações sobre relações de gênero e migração. A primeira parte desdobra-se em uma discussão teórica sobre a necessidade de investigações que assumam uma postura feminista no que diz respeito à produção de um conhecimento crítico, situado e que considere as diferenças de gênero na feminização da imigração, tendo em conta os diversos mecanismos de opressão e dominação aos quais as imigrantes estão expostas. Posteriormente, segue-se uma reflexão, a partir da minha experiência como mulher imigrante brasileira em Portugal, acadêmica feminista e membro do grupo de articulação do “Manifesto em repúdio ao preconceito contra as mulheres brasileiras em Portugal”, sobre como é possível articular teoria e prática feminista nos estudos migratórios.

Palavras-chave: estudos feministas, migração, mulheres, mulheres brasileiras, ativismo.

TEORIAS FEMINISTAS E AS POSSIBILIDADES DE CONTRIBUIÇÕES PARA OS ESTUDOS MIGRATÓRIOS

Desde o clássico e pioneiro artigo de Morokvasic (1984), como resultado do esforço de algumas acadêmicas feministas para dar visibilidade às questões de gênero nos estudos migratórios (Anzaldúa, 2012; Kofman, 1999; Mahler e Pessar, 2006; Piper, 2006; Sassen, 2002), as investigações acerca da migração feminina cresceram bastante. Atualmente, é raro encontrar algum trabalho no campo dos estudos migratórios que, pelo menos, não mencione as mulheres como sujeitos da migração ou que em suas análises não apresente resultados desagregados por sexo. Se, por um lado, esta nova perspectiva de análise não assegura uma compressão crítica das diversas experiências migratórias femininas ou um entendimento adequado sobre a complexidade das desigualdades de gênero presentes nos deslocamentos

geográficos, por outro não deve ser minimizada, posto que constitui um primeiro passo para dar visibilidade às distintas realidades que envolvem o fenômeno migratório.

Apesar de considerar importante reconhecer os pequenos avanços nos estudos sobre gênero e migração, é necessário demarcar que uma análise feminista vai além de comparar homens e mulheres e concluir que há diferenças entre ambos ou comparar mulheres migrantes e locais e demonstrar que as primeiras sofrem mais preconceitos que as últimas. Porém, como denunciam Herrera (2012), Hondagneu-Sotelo (2011) e Nawyn (2010), essas abordagens têm sido muito mais recorrentes do que estudos que se dedicam criticamente à compreensão da migração feminina. As referidas autoras alertam que, embora atualmente a maioria dos estudos sobre migração, em especial os de caráter quantitativo, apresenta resultados sobre homens e mulheres separadamente, as questões de gênero raramente são abordadas de forma crítica. Além disso, o entendimento do gênero como construção social atravessada por relações desiguais de poder e distintos eixos de diferenciação é quase inexistente e as assimetrias presentes na relação entre homens e mulheres são problematizadas escassa e superficialmente. E no que concerne às discussões sobre as desigualdades entre os vários coletivos de mulheres, consequência das diferentes posições sociais que ocupam, há uma lacuna significativa.

[...] não basta falar de mulheres e homens como se esta fosse uma relação naturalmente dual, simples e não problemática. Pelo contrário, a relação entre as mulheres e os homens pressupõe um confronto cognitivo prévio acerca das desigualdades ou continuidades dos seus poderes que determinam, em última instância quem oprime versus quem é oprimido ou é oprimido e opressor ao mesmo tempo. É necessário reforçar a ideia de que qualquer abordagem que naturalize e generalize um conceito distorce o conhecimento porque toma como geral o que é particular, social e situacionalmente construído. (Cunha, 2011: 60)

Logo, considero que o fundamental em análises feministas sobre as migrações é buscar identificar, interpretar e compreender as causas para as diferenças, assimetrias e desigualdades existentes, seja na relação entre homens e mulheres, seja entre os diversos grupos de mulheres, situando os distintos mecanismos de dominação e opressão que operam, para que então se possa intervir no sentido da transformação social. Compartilho, pois, com Juliano (2000) o entendimento de que a feminização dos fluxos migratórios não resulta apenas em acrescentar uma nova variável de análise às investigações, mas implica, sobretudo, repensar e recriar modelos, teorias e explicações acerca da migração, adotar uma nova lente capaz de reconhecer que a

experiência dos deslocamentos geográficos de mulheres pelo globo é, qualitativamente, diferente da dos homens e daquela que ocorre entre as próprias mulheres, em função da sua classe social, raça, religião e do seu país de origem. Ou seja, empregando os ensinamentos de Scott (1986: 13), imprimir um caráter feminista aos estudos sobre migração significa "insistir sobre a inadequação das teorias existentes em explicar as desigualdades persistentes entre as mulheres e os homens". Logo, é preciso rever os motivos que levam as mulheres a migrar, que consequências têm para os países envolvidos, quais as suas implicações nas dinâmicas das relações de gênero atuais, que questões inovadoras podem ser levantadas no meio acadêmico e que novas exigências políticas e sociais provocam. Essa mudança de enfoque leva, obrigatoriamente, ao reconhecimento do gênero como um elemento constitutivo da migração que permeia, quer no nível micro, quer no nível macro as práticas, identidades e instituições envolvidas no fenômeno em questão (Hondagneu-Sotelo, 2003: 9).

As teorias da interseccionalidade (Brah e Phoenix, 2004; Lugones, 2008; Piscitelli, 2008; Stolke, 2006; Yuval-Davis, 2006) têm dado um grande contributo como chave de leitura para as investigações relativas à migração e gênero. A análise da forma como distintos marcadores de diferença interagem entre si é fundamental para a compreensão das trajetórias das imigrantes, pois a posição que essas mulheres ocupam na sociedade de acolhimento é resultado de um processo de interdependência de diversos eixos de diferenciação (Lugones, 2008).

Aqui, as denúncias acerca da impossibilidade de separação entre raça e gênero, há muito levantadas pelas feministas negras (Hull, Bell-Scott e Smith 1993; Smith e Combahee River Collective, 1986; Spelman, 1988), extrapolam para os demais marcadores de diferença (como religião, classe, idade entre outros), levando à compreensão de que as formas de discriminação, opressão e segregação estão em interação dinâmica e que, portanto, é infrutífero analisá-las isoladamente. Como relembram Brah e Phoenix (2004) e Lugones (2008), a interseccionalidade traz de volta o projeto de dar visibilidade às consequências sociais e materiais de marcadores de diferença como raça, classe e gênero quando analisados em interação. Isto é, trata-se de uma ferramenta teórica que possibilita compreender como "efeitos complexos, irreduzíveis, variados e variáveis se seguem quando múltiplos eixos de diferenciação – econômicos, políticos, culturais, psíquicos, subjetivos e experienciais – se intersectam em contextos históricos específicos" (Brah e Phoenix, 2004: 76). Mais ainda, essa abordagem responde às críticas de Mohanty (1984) realizadas às análises que desconsideram a produção das mulheres como grupos socioeconômicos e políticos dentro de contextos particulares, uma vez que não limitam a definição do sujeito

feminino com base apenas na identidade de gênero, mas abrem espaço para que as identidades de classe ou raça, entre outras, sejam igualmente incorporadas.

A análise da intersecção entre os distintos marcadores de diferença também permite descortinar formas de opressão, exclusão e segregação que normalmente estão invisibilizadas. Esse exercício analítico não se resume a somar desigualdades, montando-as como um quebra-cabeça, implica, sim, a compreensão da impossibilidade de existência de marcadores de diferença isoladamente, uma vez que estão em interação recíproca e contínua, e por vezes até contraditória (Piscitelli, 2008). É essa interação que delinea as relações sociais que as imigrantes estabelecem no país de destino. Tomando o exemplo das brasileiras em Portugal, Piscitelli afirma (2008) que essas imigrantes são atravessadas por marcadores de sexualidade, classe, nacionalidade, raça, gênero e etnicidade, que acabam por racializá-las como mulatas e sexualizá-las como corpos eróticos. A intersecção desses marcadores, somado ao discurso colonial que apresenta as mulheres das ex-colônias como hipersexualizadas, as associa ao sexo fácil, à prostituição e ao mercado do sexo, posicionando-as como sujeitos inferiores e marginais, contribuindo para processos de exclusão e segregação social.

Contudo, apesar das instigantes possibilidades de análise que oferecem, as teorias da interseccionalidade têm sido constantemente criticadas. Young (1995) aponta que o referido conceito pode levar a um regresso infinito das categorias, restando apenas o individual, tornando impossível pensar em coletivos; ou ainda questiona o que justificaria a priorização de um determinado eixo e não de outro. Sem deixar de reconhecer a pertinência das críticas, acredito que para a análise de situações nas quais vários eixos de diferenciação estão em jogo – característica marcante na experiência de mulheres imigrantes – as contribuições das teorias da interseccionalidade não podem ser minimizadas, uma vez que obrigam a uma reflexão acerca daquilo que é invisibilizado quando essas categorias são analisadas separadamente (Brah e Phoenix, 2004; Lugones, 2008).

Outra discussão dentro das teorias feministas que traz contribuições fundamentais para analisar as questões concernentes às mulheres imigrantes relaciona-se com os estudos pós-coloniais e as críticas que constantemente estabelece sobre o olhar colonizador dos feminismos do Norte em relação às mulheres do Sul (Cunha, 2011; Mohanty, 1984; Mies e Shiva, 1993; Spivak, 1988). A escassez de estudos sobre a migração de mulheres qualificadas (Ackers, 2010; Kofman, 2000; Kofman e Raghuram, 2009; Kofman e Baptista, 2005) traz dois grandes problemas, por um lado, encobre a experiência desses sujeitos e, por outro, legitima o estereótipo de que a migração feminina concerne exclusivamente a deslocamentos de mulheres pobres

para países mais desenvolvidos em busca de melhores condições de vida. Esse imaginário sustenta o binarismo comum nos estudos migratórios entre “mulheres do primeiro mundo” e “mulheres do terceiro mundo”, situando as imigrantes na segunda categoria e concebendo-as como mulheres primitivas, vitimizadas, indefesas, ignorantes e apolíticas. Ao colocarem-se como centro e definirem emancipação a partir de seus próprios lugares, as feministas do Norte transformam as imigrantes do Sul em “outras ainda não emancipadas” (Cunha, 2008: 33), em sujeitos subalternos e inferiores que precisam ser resgatados pelas mulheres europeias verdadeiramente emancipadas (La Barbera, 2012).

As denúncias feitas por Mohanty (1984) contra os feminismos hegemônicos do Norte, que perpetuam a visão das mulheres do Sul como um sujeito monolítico e singular, continuam extremamente pertinentes no que se refere aos estudos migratórios de gênero, uma vez que uma parte considerável dos trabalhos sobre migração feminina reproduz as relações de dominação cultural e de negação da heterogeneidade desses sujeitos. A autora afirma que algumas produções feministas

[...] colonizan de forma discursiva las heterogeneidades materiales e históricas de las vidas de las mujeres en el tercer mundo, y por tanto producen/representan un compuesto singular, la “mujer del tercer mundo”, una imagen que parece construida de forma arbitraria pero que lleva consigo la firma legitimadora del discurso humanista de Occidente. (Mohanty, 1984: 115)

Esta análise é perfeitamente aplicável ao campo das migrações, o discurso hegemônico sobre as imigrantes as apresenta como um bloco de mulheres cujas experiências são exatamente idênticas, independentemente de classe social, raça, etnia ou grau de escolaridade. Como aponta Cunha (2011), o modo colonial de construção do conhecimento traz engendrado em si a construção do desconhecimento. Nesse sentido, estudos sobre gênero e migração pautados pelos pressupostos dos feminismos hegemônicos ao categorizar, por exemplo, equatorianas, angolanas, filipinas e bolivianas indistintamente como “imigrantes de terceiro mundo”, homogeneízam essas mulheres, encobrem suas diferenças culturais, políticas e sociais, e desconsideram as experiências subjetivas de cada uma delas.

Destacaria ainda que as investigações acerca da feminização dos fluxos migratórios continuam a padecer, como resultado da tradição conservadora e colonial acadêmica, do deslize de haver estudos excessivos sobre determinados temas, enquanto outros, igualmente, importantes são negligenciados. Como denunciam algumas feministas críticas (Harding, 1991; Neves e Nogueira, 2005; Narvaz e Koller,

2006), a produção do conhecimento é atravessada por fatores políticos, ideológicos e conjunturais. Isto é, a escolha ou recusa de um tópico de investigação não se dá aleatoriamente, tampouco o desconhecimento acerca de determinados assuntos é ingênuo. O fato de alguns aspectos da migração feminina não serem analisados em profundidade, ou antes ainda nem serem reconhecidos, é um indicativo de como as questões relativas às mulheres imigrantes continuam a ser concebidas como menores e da existência de uma aceitação acerca de que características desse fenômeno é relevante.

Se, por um lado, os numerosos estudos acerca da intensificação da entrada das imigrantes no mercado de trabalho do setor de cuidados e de serviços domésticos como consequência do processo de globalização hegemônico (Ehrenreich e Hochschild, 2004; Herrera, 2011, 2012; Hondagneu-Sotelo 2003, 2007; Sassen, 1997, 2002) foram fundamentais para denunciar as situações de opressão e exploração a que muitas dessas mulheres estão submetidas, por outro acabaram por reforçar e legitimar o estereótipo das imigrantes como pobres, incultas e com baixos níveis de qualificação. E, ao mesmo tempo, contribuíram para que diferentes experiências e realidades referentes à imigração feminina permanecessem anônimas, como questões relacionadas com: sexualidade, associativismo, empreendedorismo, identidades sexuais, novas configurações familiares, jovens garotas imigrantes, refúgios, movimentação política, imigração qualificada, acesso à cidadania (Manalansan, 2006; Hondagneu-Sotelo, 2011).

Por fim, sublinharia também que, embora no Sul Global a produção de conhecimento acerca da imigração de mulheres tenha aumentado significativamente (Ariza, 2007; Herrera, 2011, 2012; Lisboa, 2007; Magliano, 2009; Piscitelli, 2011), esse aspecto não assegura a existência de uma prática de descolonização dos estudos migratórios de gênero. Mohanty (1984) e Cunha (2011) destacam que apesar de algumas investigadoras provirem do Sul Global, enfrentam dificuldades na criação de um *corpus* de análise que contenha perspectivas feministas pós-coloniais, acabando por repetir o mesmo discurso homogeneizador produzido no Norte Global.

Portanto, é com a tarefa de denúncia, crítica e subversão dos lugares de poder, das desigualdades e das opressões entre gêneros e entre as próprias mulheres, que as teorias feministas são chamadas a contribuir junto dos estudos migratórios, com a tarefa de oferecer fios outros que sustentem e conduzam novas análises. Em seguida apresento um caso específico no qual as teorias feministas foram fundamentais para a construção de uma análise crítica sobre a imigração de mulheres brasileiras em Portugal.

PRÁTICAS FEMINISTAS E A CONSTRUÇÃO DE UM CONHECIMENTO POLÍTICO E ENGAJADO SOBRE MULHERES IMIGRANTES

A compreensão dos estudos feministas como um campo teórico e um lugar político pautado por uma prática científica comprometida com a promoção da mudança social (Schmidt, 2004: 20) e a constatação da marginalização das investigações sobre migração de mulheres levou-me a demarcar em meus estudos uma postura feminista crítica e situada.

Diante dessa opção, para mim, mulher, imigrante brasileira e feminista, juntar-me ao grupo de articulação do “Manifesto em repúdio ao preconceito contra as mulheres brasileiras em Portugal” (que descreverei em breve) era um imperativo, uma vez que as reivindicações apresentadas pelo documento iam ao encontro dos ideais que comungo de uma ciência cidadã e de um conhecimento crítico sobre a migração. Paralelamente, identificava-me com várias das situações descritas pelo documento, bem como reconhecia a realidade de muitas das imigrantes brasileiras que entrevistei ao longo da minha tese.¹ O Manifesto enquadrava-se, pois, no que Schmidt (2004) descreve como sendo uma das tarefas principais e mais importantes das teorias feministas: a problematização entre a dicotomia conceitual entre teoria e prática. Mais ainda, encontrava eco nas reflexões de Mohanty (1984, 2003) acerca das implicações políticas dos princípios analíticos que regem as investigações, sobre a relevância do vínculo entre prática acadêmica feminista e mobilização política feminista, das possibilidades e necessidade de ativismo e luta fora da academia.

O referido Manifesto foi uma reação ao caráter racista e sexista da série televisiva “Café Central” veiculado pelo canal *Rádio e Televisão de Portugal* (RTP). O programa era uma animação gráfica exibida de segunda à sexta-feira às oito da noite e, de acordo com a equipe de criação, propunha-se a abordar de forma satírica questões relacionadas com o cotidiano português. Passava-se em um café onde, regularmente, encontravam-se cinco personagens: Gina, Águas, Félix, Silva e Conde. Gina era a única mulher, uma prostituta que falava com sotaque do Brasil e reproduzia todos os estereótipos da imigrante brasileira em Portugal: voz sexy, roupas sensuais, comportamento e discurso hipersexualizado, como se pode ver na transcrição abaixo.

Oi queridinhos, como correram as férias? Tudo legal? Foram à praia mergulhando e nadando muito no mar? Ou ficaram no quarto mergulhando na piscina do amor erótico feito a dois, ou a três, ou a quatro, né? [...] Se fosse eu a

¹ A tese de doutorado intitulada “Lindas Mulheres com Rendas de Portugal: a inserção das mulheres brasileiras no mercado de trabalho português” discutia a situação de trabalhadoras brasileiras precárias no mercado laboral de Portugal, tendo-a defendido em agosto de 2012 na Universidade de Coimbra, Portugal.

mandar nos destinos do país, seria tudo feito na base do sexo. Esqueçam as privatizações, comigo o negócio são as sexualizações. [...] Faça como eu: tem de pagar IVA, paga com sexo; paga IRS, paga com sexo, ué? Negociações com a Troica? Sexo! (Gina, Programa Café Central, *RTP*, 29.08.2011)

Nesse sentido, as características físicas de Gina, seu discurso e o lugar que lhe era reservado no programa são um exemplo de como o dispositivo da racialização intersecciona o dispositivo da sexualidade. Embora Gina seja representada como uma mulher loira, ela é atravessada por um processo de racialização que a transforma em uma mulata sensual e erótica. Aqui, não é a cor da pele que confere a condição de mulata, mas sim a nacionalidade brasileira cruzada com o discurso colonial, que, simultaneamente, contribuem para a hipersexualização da personagem (Gomes, 2011; Piscitelli, 2008).

A partir da convocatória inicial de uma ativista feminista brasileira estudante de doutoramento em Portugal, através do Facebook um grupo com 30 membros aproximadamente, entre mulheres e homens, do Brasil e de Portugal, elaborou, de maneira participativa, uma denúncia escrita sobre a forma estigmatizada, exotizada e hipersexualizada que as imigrantes brasileiras são tratadas pela comunicação social portuguesa. A organização do grupo deu-se de maneira horizontal, prescindindo de hierarquias e lançando mão de processos de auto-organização. O documento foi intitulado de “Manifesto em repúdio ao preconceito contra as mulheres brasileiras em Portugal”. Além das denúncias, o Manifesto exigia também que as autoridades competentes em Portugal e no Brasil tomassem as medidas necessárias para eliminar as práticas discriminatórias apontadas.

Vimos por meio deste, manifestar nosso repúdio ao preconceito contra as mulheres brasileiras em Portugal e exigir que providências sejam tomadas por parte das autoridades competentes. [...] Exigimos, das autoridades competentes, que se faça cumprir a “CEDAW – Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres”, da qual tanto Portugal, como o Brasil, são signatários. Destacamos, também, o “Memorando de Entendimento entre Brasil e Portugal para a Promoção da Igualdade de Gênero”, no qual consta que estes países estão “Resolvidos a conjugar esforços para avançar na implementação das medidas necessárias para a eliminação da discriminação contra a mulher em ambos os países. (Manifesto em repúdio ao preconceito contra as mulheres brasileiras em Portugal, 2011)

Devido à boa e rápida aceitação do documento no Facebook, outras ferramentas virtuais como blogues, Twitter, petições *on-line*, *mailing lists* e Orkut² foram sendo incorporadas às estratégias de ação do grupo, conferindo-lhe um caráter de ciberativismo. Isto é, uma forma de atuação politicamente engajada que se dá através da internet/ do ciberespaço, buscando fazer frente ao discurso da mídia dominante, de forma livre e independente (Cavalcante, 2010; Vegh, 2003).

A repercussão do Manifesto deu-se em diversos jornais impressos e televisivos nos dois países (em Portugal no jornal *Público* a 29.09.2011 e no jornal *Destak* a 20.09.2011, e no Brasil na revista *Valor Econômico* a 11.11.2011 e na revista *Carta Capital* a 26.09.2011), e a petição *on-line* contou com um número superior a 1000 assinaturas individuais de membros da sociedade civil, de 7 representantes do Conselho de Brasileiros no Exterior, de 21 associações e movimentos sociais do Brasil e de Portugal e com a solidariedade de mais de 20 organizações não governamentais dos dois países (de entre as quais pode-se citar o Movimento Negro Unificado - Brasil, coordenação Rio Grande do Sul - Brasil, Coordenação Portuguesa da Marcha Mundial das Mulheres, Casa do Brasil de Lisboa, União Brasileira de Mulheres, Articulação de Mulheres Negras Brasileiras, AJPaz - Acção para a Justiça e Paz, Portugal).

Se o programa Café Central pode ser considerado o marco oficial de criação do Manifesto, inúmeras outras situações estão no embrião desse movimento, como a matéria da revista semanal *Focus* (565/2010) que tinha como manchete de capa “Os segredos da mulher brasileira” e a imagem de uma mulher sem rosto, seminua, dotada de um corpo escultural. A matéria tratava de casamentos mistos entre brasileiras e portuguesas – nenhum exemplo de casamento entre portuguesas e brasileiros foi apresentado –, mostrando-se do começo ao fim repleta de estereótipos e clichês – “o carnaval dura, dura, dura” – e ilustrada com imagens que exibiam, principalmente, corpos femininos desnudos, ambientes festivos, praias e carnaval. Ou seja, a matéria configurava-se como uma reprodução das práticas sexistas e estereotipadas da mídia portuguesa ao apresentar as mulheres oriundas do Brasil.

É de resgatar igualmente o episódio “Mães de Bragança” em 2003, quando mulheres portuguesas da cidade de Bragança protestaram em nome da ordem, da moral, da família e dos bons costumes contra a presença de brasileiras que trabalhavam nas casas de alterne locais. O ocorrido teve uma exposição excessiva

² Blogue: <http://manifestomulheresbrasileiras.blogspot.pt/2011/09/manifesto-mulheres-brasileiras.html>

Facebook: <https://www.facebook.com/pages/Manifesto-contra-o-preconceito-às-Brasileiras/150678238354784>

Twitter: <https://twitter.com/mbrasileiras>

Petição on-line: http://www.peticao24.com/manifesto_contra_o_preconceito_as_brasileiras

E-mail: manifestobrasileiras@gmail.com

Orkut: <http://www.orkut.com/Main#CommMsgs?tid=5652468057243877454&cmm=204940&hl=pt-BR>

durante meses nos jornais impressos e televisivos (Cunha, 2005, 2007; Santos, 2007), contribuindo para a legitimação de um “pânico moral”, uma estigmatização e uma segregação social dessas imigrantes (Alvim e Togni, 2010). Freitas (2009) afirma que a abordagem da comunicação social portuguesa sobre esse evento foi marcante para a consolidação de uma equivalência simbólica rígida entre brasileiras e prostituição. De acordo com a autora, a cobertura dada pela mídia através das manchetes e matérias dos jornais impressos, das chamadas dos telejornais e das imagens veiculadas – entre fotos e vídeos – contribuiu de forma direta para a legitimação do imaginário social que iguala diretamente prostitutas a brasileiras.

A mídia portuguesa, recorrentemente, apresenta as brasileiras como mulheres selvagens, sexualizadas e eróticas e a cobertura midiática sobre o caso das “Mães de Bragança” utilizava-se de forma intensa desse imaginário. Cunha (2005) denuncia que a imprensa portuguesa enfatiza notícias sobre mulheres brasileiras envolvidas com esquemas de prostituição.

É importante ressaltar, também, que a figura da imigrante brasileira como mulata exótica e sexualizada não é criada apenas pelo discurso dos média portugueses. Durante anos, o governo Brasileiro incentivou a imagem da “mulher brasileira tropical”, utilizando-se dela para estimular o turismo internacional para o Brasil, “A mulata – uma invenção discursiva e performativa de raça, gênero e sexualidade – é consolidada como identidade espetacularizada e vendida como atrativo turístico” (Gomes, 2009: 56). No caso de Portugal, soma-se a isso o agravante da difusão intensa das novelas brasileiras em diversos canais de televisão. Embora o foco das novelas não seja principalmente o mercado internacional do sexo, as imagens transmitidas nesses programas acabaram por contribuir para reforçar o estereótipo da mulher brasileira como sensual e erótica.

O carnaval brasileiro é outro elemento que foi apropriado pela mídia portuguesa, sendo recorrentemente utilizado para sustentar a construção da brasileira como mulata sensual e exótica. Se, por um lado, o carnaval foi transformado internacionalmente pelo marketing turístico em um dos principais atrativos do Brasil, por outro, a mulher brasileira, na figura da mulata sensual, seminua, foi utilizada como ícone maior do evento (Gomes, 2009). Isto é, como demonstrou Gomes (2013), o discurso do marketing turístico em relação ao carnaval contribuiu fortemente para a criação do estereótipo de hipererotização das mulheres brasileiras.

Esse imaginário reforça a associação constante das imigrantes brasileiras às atividades no mercado do sexo, tráfico de seres humanos e prostituição. Além disso, tem um papel relevante no processo de inserção-exclusão social dessas mulheres na sociedade portuguesa, acompanhando toda sua trajetória migratória no país. Percebe-

se que esse imaginário constitui-se como uma forma sutil de violência simbólica, que por vezes concretiza-se através das explorações, humilhações e, em alguns casos, situações reais de violência física. Ofertas de trabalho majoritariamente em postos de trabalho precário, baixos níveis de salário, horários da jornada de trabalho exaustivos, impossibilidade de alugar casas, piadas ofensivas, maus tratos em repartições públicas e privadas, assédio, isolamento social, ausência de participação política, falta de socialização, desconhecimento dos direitos são algumas situações comumente vivenciadas por essas mulheres (França, 2012).

As análises do “Manifesto”, apoiadas em estudos anteriores (Cunha, 2005; Santos 2007), identificaram e revelaram como o discurso da comunicação social em Portugal sobre as brasileiras está ancorado, sobretudo, no imaginário colonial que apresenta as mulheres das colônias como voluptuosas, eróticas, exóticas, submissas, livres sexualmente e dotadas de uma corporalidade diferente das europeias (Stolke, 2006; Pais, 2010), o que, somado às dinâmicas de hipersexualização e racialização existentes no país, leva a que as associem à prostituição e ao mercado do sexo (Piscitelli, 2008).

O estigma da hipersexualidade remonta os imaginários coloniais, que construíram as mulheres das colônias como objetos sexuais (Stolke, 2006). De acordo com Gomes (2013), o impacto do colonialismo é determinante na exacerbação das assimetrias entre homens e mulheres nas colônias e entre metrópoles e colônias. Ao mesmo tempo, contribui diretamente para a produção de estereótipos, a criação de um imaginário colonial relacionando ao erótico e exótico e a legitimação da violência contra as mulheres das colônias.

Esse imaginário colonial hipersexualizado intersecciona com outros marcadores de diferença, como a classe social. Por consequência do caráter laboral do fluxo migratório das brasileiras para Portugal e do processo de precarização e desestabilização atuante no mercado de trabalho português, em geral, as imigrantes brasileiras no país, em um primeiro momento, inserem-se nos segmentos mais baixos dos estratos econômicos (França, 2012; Egreja e Peixoto, 2011). Mais ainda, embora, atualmente, a imagem internacional do Brasil seja de uma potência econômica estável e em crescimento, durante muitos anos, foi conhecido como um país pobre e que enfrentava constantes crises financeiras. O posicionamento econômico inferior das imigrantes brasileiras na sociedade portuguesa também é reforçado por outro elemento do colonialismo, a exploração do corpo dos homens e das mulheres das colônias para o trabalho escravo (McClintock, 2010). Esses elementos confluem para que, além de serem apresentadas como mulheres hipersexualizadas, as imigrantes brasileiras em Portugal sejam construídas como mulheres pobres, economicamente

subalternas, reforçando ainda mais os mecanismos de segregação social e marginalização.

Seguindo as análises de como alguns dos marcadores de diferença se articulam na experiência das imigrantes brasileiras em Portugal, a raça aparece como fundamental. O conceito científico biológico de raça sustentou e legitimou durante muitos anos as práticas de segregação, violência, opressão, inferiorização e exclusão presentes na nossa sociedade. Nos dias de hoje, a ideologia do racismo continua a operar na realidade, criando e reforçando hierarquias sociais (Van Dijk, 2010). Compreender o racismo como prática social e discursiva é fundamental para entender o processo de racialização ao qual as mulheres brasileiras imigrantes estão submetidas em Portugal (Gomes, 2013).

Como afirma Psicitelli (2008), independentemente da cor da pele, em países como Itália, Portugal, Espanha, as mulheres brasileiras são racializadas como mulatas e mestiças. Na análise de Gomes (2013) isso se dá porque os binarismos hierarquizados “europeu *versus* não europeu” e “metrópole *versus* colônia” faz com que a ideologia e as práticas racistas recaiam de forma intensa sobre as brasileiras na sociedade portuguesa.

Ora, em uma analogia simplificada poder-se-ia dizer que às mulheres brasileiras imigrantes em Portugal é reservado o mesmo lugar que às mulheres negras no Brasil. Por conta dos dispositivos de racismo e sexismo operantes na sociedade brasileira, bem como do discurso colonial, a mulher negra é apresentada como mulher exótica, hipersexualizada, erotizada. Sua identidade é essencializada e ela é naturalmente apresentada como predisposta ao sexo. Em outras palavras, independentemente da cor da pele, as brasileiras em Portugal passam pelo mesmo processo de hipersexualização das mulheres negras e mulatas no Brasil, processo esse “ancorado nas imagens de seu passado escravo de corpo-procriação e/ou corpo-objeto do prazer do macho e senhor” (Silva e Rosemberg, 2008: 84).

Esse entendimento da complexidade das teias de discriminação e preconceitos que atravessam as brasileiras imigrantes em Portugal fez com que as denúncias do “Manifesto” transcendessem o programa “Café Central” e abarcassem toda a comunicação social nacional:

Apontamos a comunicação social portuguesa e a forma como, insistentemente, tem construído e reproduzido o estigma de hipersexualidade das mulheres brasileiras. Este estigma é uma violência simbólica e transforma-se em violência física, psicológica, moral e sexual. (Manifesto em repúdio ao preconceito contra as mulheres brasileiras em Portugal, 2011)

Assim, ao demarcar alguns pontos de onde surgem as opressões às quais as imigrantes brasileiras estão expostas e algumas das suas causas, suas consequências e que caminhos outros são possíveis de serem trilhados para a desconstrução dessa realidade, e ultrapassando, portanto, a simples descrição das dinâmicas de dominação e subalternização as quais essas mulheres estão submetidas, o Manifesto assumiu seu caráter feminista, engajado e crítico.

Entre os pontos altos de sua repercussão, para além da cobertura dada nos jornais, é de citar o espaço que a própria emissora RTP abriu no dia 12 de novembro de 2011, em seu programa “A voz do cidadão”, para discutir a denúncia apresentada pelo documento e o compromisso assumido pela Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República do Brasil (SPM) relativo à exigência de que as autoridades portuguesas tomassem as medidas necessárias para a eliminação das formas de discriminação e violência simbólica contra a mulher brasileira no país. Além disso, foram enviadas respostas de apoio da própria SPM e do Alto Comissariado para Igualdade e Diálogo Intercultural, Instituto Público (ACIDI, I. P.) de Portugal. Outro resultado louvável foi o fato de a movimentação ter logrado apoio de diferentes coletivos, cruzando os limites de raça, idade, identidade, classe, religião e nacionalidade e configurando-se como um exemplo de solidariedade transnacional.

No dia 30 de janeiro de 2012, após o recesso de férias, quando o “Café Central” voltou ao ar a personagem “Gina” tinha sido retirada do elenco da nova temporada. Embora não tenha sido dada nenhuma nota oficial da emissora, o grupo de articulação acredita que a saída da personagem esteja diretamente ligada com a pressão social resultante da mobilização gerada.

Desta feita, ainda que se reconheça que são inúmeros os outros meios de opressão e sexualização das mulheres brasileiras em Portugal, os membros do Manifesto consideram que o objetivo do documento foi alcançado, em virtude da saída da personagem do programa, de as denúncias terem sido ouvidas pelos meios de comunicação e órgãos responsáveis em ambos os países, de o debate acerca de um tema constantemente ignorado ter sido levantado – o racismo e o sexismo existentes na mídia portuguesa – mas, principalmente, por ter dado visibilidade a uma experiência de autonomia, auto-organização e agência das mulheres brasileiras imigrantes em Portugal.

Em uma análise foucaultiana (Foucault, 2002) o Manifesto poderia ser considerado como uma forma de resistência ao poder hegemônico e dominante, nesse caso, protagonizado pelos discursos da mídia portuguesa. Há no Manifesto uma prática que visa à defesa pela liberdade, ou seja, um embate direito ao imaginário colonial, sexista e racista que aprisiona as mulheres brasileiras no estereótipo de

mulatas hipersexualizadas, eróticas e exóticas. A velha e repetida máxima foucaultiana de que “onde há poder há resistência” é muito bem-vinda para ajudar a retirar as mulheres brasileiras imigrantes do lugar de vítimas passivas. Sabe-se que o poder para além de verdades também produz resistências e a articulação do Manifesto pode ser encarada como uma prática de resistência que se destinou à libertação e à autonomia.

Por fim, gostaria apenas de ressaltar que na composição dos membros do Manifesto havia um núcleo central que tinha como função promover a articulação com as demais ONGs e associações, responder perante a comunicação social e gerir as ferramentas virtuais utilizadas, embora a construção do texto e a organização do movimento tenham decorrido de forma participativa e aberta, através das redes sociais, e a página do Facebook estivesse acessível a todas as pessoas interessadas em colaborar. Esse grupo foi formado exclusivamente por feministas brasileiras estudantes de doutoramento residentes em Portugal, não havendo a participação de nenhum/a ativista, representante dos movimentos sociais ou mulheres e homens externas/os à academia. Mesmo que, como descrito anteriormente, organizações, movimentos e associações brasileiras tenham apoiado o Manifesto, ninguém presente naquele momento no Brasil se engajou na coordenação do grupo. Após a entrega da petição *on-line* e do recebimento das respostas do ACIDI, I. P. e da SPM, o núcleo de articulação do Manifesto encerrou suas atividades, ainda que a página do Facebook permaneça ativa, bem como situações de discriminação, racismo, sexismo e preconceito continuem a acontecer às mulheres brasileiras em Portugal.

ENTRE A EXPERIÊNCIA DO MANIFESTO E INVESTIGAÇÕES SOBRE MIGRAÇÕES

Soy de Dos Tercios del Mundo en Un Tercio del Mundo. Soy claramente parte de la minoría social, con todos sus privilegios; sin embargo, mis decisiones y luchas políticas y mi visión a favor del cambio me colocan junto a Dos Tercios del Mundo. Así pues, estoy con Dos Tercios del Mundo, pero con los privilegios de Un Tercio del Mundo. Hablo como una persona situada en Un Tercio del Mundo, pero desde el espacio y la visión, y en solidaridad con las comunidades en lucha en Dos Tercios del Mundo. (Mohanty, 2003: 417)

Para além de seu papel primordial de denunciar o racismo, o sexismo e a discriminação da mídia portuguesa contra as brasileiras residentes no país, o Manifesto foi também um espaço de ativismo que me permitiu engendrar questionamentos acerca das diferentes realidades das imigrantes do Brasil em

Portugal, repensar minhas análises sobre as experiências das mulheres brasileiras no estrangeiro, avaliar minha prática acadêmica e meu engajamento com o ativismo feminista e migrante, fabricar resistências e desvelar desigualdades, sendo por isso considerado, por mim, como um marco na minha produção científica.

Ao integrar o grupo de articulação fiz uma escolha ideológica que afetou, daquele momento em diante, a escrita da minha tese de doutorado, de minhas investigações vindouras e meu posicionamento acadêmico. A experiência do Manifesto inspirou-me a buscar e estabelecer, em meus estudos sobre mulheres imigrantes, pontes entre o feminismo acadêmico e a organização política tal como sugere Mohanty (2003). No caso particular da tese, as análises teóricas, bem como dos materiais colhidos no campo, assumiram, sem perder o rigor científico, um caráter político de denúncia de mecanismos de opressão e dominação aos quais muitas das imigrantes brasileiras estão expostas. Essa opção pautava-se pelo entendimento de que o campo de investigação é mais do que um simples espaço onde observações são realizadas e impressões colhidas sendo, sobretudo, um espaço vivo e rico de outros saberes que devem ser incorporados na produção do conhecimento, tal qual as teorias oferecidas pelos livros. E apoiava-se também na percepção de que não seria possível, tampouco era de meu interesse, dissociar-me do lugar de brasileira imigrante e desconsiderar todas as implicações que isso trazia para mim enquanto cientista social e, conseqüentemente, para meu trabalho.

Mais uma vez, os estudos feministas foram essenciais para que esse deslizar entre os lugares de investigadora, ativista e mulher imigrante fosse possível. Pois, ao criticarem os modelos científicos clássicos e modernos, as epistemologias e metodologias feministas reclamam um espaço para que o político, as impressões, os questionamentos, as indignações, as sensações e a biografia do/a investigador/a sejam incorporadas na prática científica, uma vez que as emoções não são dissociadas da razão e são necessárias para a produção do conhecimento (Harding, 1987; Tavares, Coelho e Góis, 2009).

Ao longo desse percurso, apoiiei-me na autorreflexividade, no intuito de colocar meu lugar de investigadora como objeto de análise e de assumir-me como mulher brasileira imigrante, investigadora e ativista. Tomei a autorreflexividade não como um conhecimento em si mesmo, mas sim, como uma possibilidade de indagar a realidade com base tanto em pressupostos teóricos, como no meu próprio lugar de enunciação (Cunha, 2011). E simultaneamente, reconhecendo-a como uma ferramenta que abre espaço para a importância das experiências, das contingências e da dimensão biográfica no processo de construção do conhecimento.

O entendimento não é uma entidade derivativa de uma razão purificada na assepsia do isolamento do mundo mas um processo contextualizado em que a racionalidade individual se encontra sujeita a constantes intromissões, interferências da razão de outrem. São as histórias recentes e longínquas, as experiências e um contingente de subjectividades, para usar as palavras de Donna Haraway, que a tornam relacional e, ao mesmo tempo, ter uma dimensão biográfica que não pode ser descartada. (Cunha, 2011: 78)

Assumir-me nos distintos espaços em que estive presente como “mulher brasileira imigrante”, ao invés de “investigadora em mobilidade científica”, implicar minha biografia em minhas análises, demarcar em meus escritos um posicionamento situado que tome em conta as relações de gênero, assumir os pressupostos políticos engajados com a transformação social que sustentavam minha produção e abrir mão do lugar de suposto saber absoluto que a ciência moderna e a academia tradicional insistem em sustentar, sem ignorar a importância do rigor científico, foram algumas características que tentei incorporar em minha prática acadêmica. Empreendia, pois, o exercício diário de reconhecer-me no papel de cientista social como um “sujeito que escreve, vê, lê, escuta e sente e não como uma máquina que decodifica o real para chegar à verdade absoluta” (Benzaquen, 2008: 22).

Apesar de já ter decorrido mais de cinco anos que moro em Portugal, continuo a identificar-me (e sou constantemente lembrada) como uma mulher brasileira imigrante, classificação que se sobrepõe à minha posição de investigadora, à minha classe social, ao meu estatuto de imigrante regularizada, por exemplo. Logo, continuo a ser “estrangeira”, um elemento que não é natural de uma determinada paisagem, sendo esse, portanto, meu lugar de enunciação, o lugar do “outro”. Assim, o reconhecimento da alteridade que me cabe é um dos aspectos centrais que acompanha as reflexões e confrontações teóricas que sustentam meus estudos e o exercício constante de avaliação acerca de que ciência pratico.

Defino minha participação no grupo de articulação do Manifesto como uma experiência que dialogou diretamente com os pressupostos feministas acadêmicos e a prática política, que o mesmo é dizer com ciência e ativismo, e que requereu de mim um deslocamento dos muros da Universidade para o campo, onde a vida é mais pulsante. Elevou à máxima potência a fusão entre meu eu-investigadora e meu eu-ativista, exigiu de mim um posicionamento político claro e radical, forçou-me a confrontar minhas opções teóricas com minha prática cotidiana.

Reconhecer-me como membro efetivo do grupo de articulação do Manifesto, não se tratava mais apenas de colocar teorias em diálogo a partir de um viés crítico,

implicava, sobretudo, denunciar os marcos de opressão aos quais nós mulheres brasileiras estamos efetivamente submetidas em Portugal e empreender ações no sentido de que essa realidade fosse alterada. Ao mesmo tempo, absorvia novos elementos para repensar meus modos de produção e instrumentalização do conhecimento que eu construía sobre a feminização da imigração brasileira para o país. A atividade de militância no referido grupo, respaldada pelas epistemologias feministas críticas, permitiu-me reforçar a crença de que pesquisa e ação, ciência e sociedade, conhecimento e prática não são pares de opostos, mas sim complementares.

Qual a contribuição que a minha participação no Manifesto trouxe para o movimento feminista e para as imigrantes brasileiras em Portugal?, Que tipo de saber tenho produzido a partir dessa experiência?, Como minha prática ativista tem repercutido na minha produção científica?, O que se aproveita dessa experiência para os estudos sobre gênero e migração? eram indagações que tive como guia em meus escritos e que enriqueceram minhas análises e reflexões.

Além de questões para minha prática acadêmica, o Manifesto também me suscitou incômodos até hoje não resolvidos. O fato de que o grupo de articulação tenha sido conduzido principalmente por acadêmicas brasileiras fez-me questionar até que ponto não estávamos a repetir dinâmicas de hierarquias de poder e intelectual, colocando-nos como “aquelas que dariam voz às mulheres brasileiras realmente oprimidas”. Como e por que não fomos capazes de ter conosco mulheres de outras realidades se nos colocávamos receptivas para a participação de todas que quisessem contribuir? O que impediu que a experiência e o aprendizado na organização do Manifesto tivesse continuidade em outras ações, ou até mesmo, desse origem, por exemplo, a uma Associação de Mulheres Brasileiras em Portugal – coletivo até hoje inexistente no país? A denúncia de que as mulheres brasileiras em Portugal são oprimidas pelo racismo e sexismo não homogeneizaria todas as brasileiras imigrantes no papel de vítima e invisibilizaria as experiências de outras mulheres que davam a volta em tal situação?

Nesses momentos de angústia, os exercícios da autorreflexividade e da autocrítica científica e política, mesmo não me tendo oferecido respostas concretas e definitivas mantinham-me atenta, e ainda mais inquieta para os rumos que minha participação e o próprio Manifesto estavam tomando.

Porém, essa experiência também produziu algum alento que não pode ser esquecido. Sem contradizer minhas próprias críticas ao conservadorismo, à hierarquia e ao distanciamento político que a ciência normalmente sustenta, é importante não perder de vista o fato de que o Manifesto se organizou no seio da academia e de que,

como referi anteriormente, foi conduzido exclusivamente por acadêmicas. Ou seja, a organização do Manifesto constitui um exemplo de como o potencial crítico e transformador da ciência pode contribuir para os movimentos sociais. Se, por um lado, a desconstrução do pensamento hegemônico e colonizador passa pelo reconhecimento de que os saberes produzidos no seio do ativismo e da militância política são relevantes para a construção de um projeto de sociedade emancipada, por outro é importante não iniciar um movimento oposto que desconsidera totalmente o papel da produção científica acadêmica nesse processo. No caso do Manifesto, o fato de ele ter sido embasado por algumas discussões dos feminismos acadêmicos dava o tal alento que me referi anteriormente, uma vez que se mostrou como uma possibilidade concreta de como o saber científico pode dialogar com os movimentos sociais.

CONSIDERAÇÕES E QUESTIONAMENTOS CONTÍNUOS

Já não é mais possível dizer que as mulheres se configuram como um grupo pouco considerado nos estudos migratórios devido ao aumento do número de investigações que elegem as imigrantes enquanto sujeito de análises. Contudo, tal não significa que esses estudos assumam um caráter feminista e engajado com a transformação das desigualdades entre gêneros e com a produção de saberes inovadores e críticos sobre a migração feminina.

Uma revisão cuidadosa da literatura sobre gênero e migração mostra que ainda há uma parte dos estudos sobre mulheres imigrantes que peca em pelo menos um desses aspectos: repetição das práticas colonialistas de produção do conhecimento que apresenta as imigrantes como sujeitos inferiores e vitimizados, encobrendo sua capacidade de agência; recorrência de temas exaustivamente estudados, o que invisibiliza experiências menos comuns dessas mulheres; incapacidade de assimilar diferentes identidades sexuais nas análises, mantendo assim, padrões de investigação heteronormativos e sexistas (Curran *et al.* 2006; Donato *et al.*, 2006; Hondagneu-Sotelo, 2011; Nawyn, 2010). Daí resulta minha crítica sobre a necessidade de estudos inovadores acerca do fenômeno migratório das mulheres a partir de um enfoque feminista crítico e radical. Investigações que suscitem uma discussão situada, parcial, em conjunção histórica e política e com as dinâmicas sociais vigentes no que diz respeito à feminização da migração e que, principalmente, adotem o pressuposto de que um conhecimento consistente e produtor de mudança social só é possível em conexão com a prática e no exercício do estranhamento e da perplexidade diante da realidade, como propõem Narvaz e Koller (2007).

A partir da análise do Manifesto em repúdio às mulheres brasileiras em Portugal tentei exemplificar de que forma as teorias feministas podem contribuir para o desenvolvimento dos estudos migratórios. Ao mesmo tempo, almejei apontar um campo de investigação específico sobre imigrantes brasileiras praticamente inexistente, que é o da mobilização social e do associativismo político. Tal fato, é um acontecimento que exige um ponto de virada na produção acadêmica sobre essas mulheres, posto que a maioria dos estudos tem se debruçado sobre questões identitárias, mercado do sexo e tráfico de seres humanos para fins de exploração sexual, inserção laboral, casamentos transnacionais (Almeida, 2008; Baldwin, 2010; Beserra, 2007; Cavalcanti, 2006; Margolis, 1998; Padilla, 2007; Piscitelli, 2011) promovendo dessa maneira, ainda que despropositadamente, um desconhecimento acerca de outras experiências e realidades.

O Manifesto desloca a imigrante brasileira do papel de mulher passiva, hipersexualizada, vitimizada, subalterna, apresentando a capacidade de resistência, ação, autonomia e mobilização dessas mulheres, entre as quais eu me incluo. Contudo, até hoje, após dois anos de sua criação e apesar da grande repercussão que teve, com exceção de um simpósio organizado por membros do grupo de articulação apresentado no Congresso Internacional Femigra – Feminismo y Migración em Barcelona em 2011, nenhum estudo foi realizado, nem no Brasil, nem em Portugal.³ Ou seja, continua-se a invisibilizar e a manter no desconhecimento uma experiência feminista inédita e transnacional de organização política das imigrantes brasileiras. E como dito anteriormente, tal silêncio não é aleatório ou casual, é sim, consequência de uma tradição colonialista e sexista que encobre experiências de emancipação, em especial quando são protagonizadas por mulheres.

No meu caso particular, como já dito, a experiência de participar do Manifesto povoou-me de provocações. Que tipo de conhecimento sobre as imigrações tenho produzido? Tenho conseguido criar espaços para a promoção do diálogo entre diferentes saberes? Que lugar reservo para minha prática ativista em meu cotidiano acadêmico? Participar de movimentos sociais é suficiente para ultrapassar a dicotomia entre ciência e prática? Reconhecer a parcialidade do meu saber e buscar completá-lo com as experiências das mulheres com quem conversei ao logo da escritura da tese, por exemplo, é isso que se entende por descolonizar o saber? Como é possível pôr em prática uma construção de conhecimento, não apenas sobre mulheres imigrantes, mas sobretudo *com* mulheres imigrantes? Minha produção tem atendido meus apelos

³ Há um artigo, igualmente escrito por membros do grupo de articulação, que foi enviado para uma revista científica no Brasil, porém até o momento da escrita destas reflexões ele não havia sido publicado.

de contribuir para a construção de estudos sobre mulheres imigrantes não colonizadores, críticos e engajados? Como tenho contribuído para a construção de novos caminhos no sentido da transformação social para as investigações sobre mulheres imigrantes?

Estas são respostas que espero nunca conseguir encontrar para não perder o exercício constante de avaliação da minha prática e do meu lugar de investigadora, porque tal como ensinam os feminismos, a responsabilidade de uma ciência crítica e engajada não é para com a produção de verdades universais ou respostas absolutas, mas sim para com sua reavaliação constante. Obter respostas definitivas e irrevogáveis para as perguntas acima significaria ignorar a dinâmica da construção do conhecimento e da própria sociedade, desconsiderar a impossibilidade de alcançar uma única verdade e a ineficácia de um saber rígido e inquestionável. Ou seja, configurar-se-ia como uma repetição das práticas cartesianas e modernas de conceber o exercício da produção de saber como algo passível de ser aprisionado. Tal entendimento vai diretamente de encontro à compreensão das epistemologias feministas que almejam uma ciência crítica e plural. Desta forma, tais indagações devem guiar meus escritos continuamente, pois o desconforto e o incômodo da dúvida são os motores do processo contínuo de análise da qualidade e do comprometimento do conhecimento que tenho produzido.

Mais ainda, a grandiosidade e complexidade do Manifesto faz com que as questões por ele suscitadas sejam infundáveis. Para além das reflexões sobre minha própria prática acadêmica e ativista, a experiência do Manifesto também oferece subsídios para refletir sobre a articulação e associação política das brasileiras em Portugal e de mulheres imigrantes em geral. A organização do Manifesto foi pontual e, embora tenha extrapolado para outras discussões, girou em torno de um ponto específico – o programa Café Central e a representação midiática das brasileiras em Portugal. Logo, a pergunta que fica é como seria possível criar espaços que suscitem uma participação política permanente das mulheres imigrantes? Dentro da variedade de experiências que ser mulher imigrante congrega, que discussões comuns atravessariam a luta dessas mulheres e contribuiriam para o fortalecimento de sua ação política? Essas são perguntas, assim como as anteriores, que não possuem uma resposta única e absoluta, mas que podem contribuir para o fortalecimento de cultura política engajada e atuante de grupos de mulheres imigrantes, sendo por isso sumamente importantes.

THAIS FRANÇA

Mulher brasileira imigrante em Portugal. Pós-doutoranda do Centro de Investigação em Ciências Sociais, do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, Portugal. Doutora em Sociologia pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Portugal. Mestra em Psicologia do Trabalho pela Universidade de Bolonha, Itália. Licenciada em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará, Brasil.

Contato: thaisfrancas@gmail.com

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Ackers, Louise (2010), "Internationalisation and Equality. The Contribution of Short Stay Mobility to Progression in Science Carrers", *Recherces Sociologiques et Anthropologiques*, 1, 83-103.
- Almeida, Luciane Pinho (2008), *Para além das nossas fronteiras: mulheres brasileiras imigrantes na Holanda*. São Paulo: UNESP.
- Alvim, Filipa; Togni, Paula (2010) "Sob o véu dos direitos humanos: tráfegos, tráficos e políticas públicas para a imigração. um estudo de caso sobre as mulheres brasileiras em Portugal", *Atas do 1º Seminário de Estudos sobre Imigração Brasileira na Europa*, 145-152.
- Anzaldúa, Gloria (2012), *Borderlands/La Frontera: The New Mestiza*. San Francisco: Aunt Lute Books.
- Ariza, Maria (2007), "Itinerario de los estudios de género y migración en México", in Marina Ariza e Alejandro Portes (orgs.), *El país transnacional: migración mexicana y cambio social a través de la frontera*. Ciudad de Mexico: Universidad Nacional Autónoma de México, Instituto de Investigaciones Sociales, 453-491.
- Baldwin, Elisabeth (2010), "Olhares cruados sobre a imigração brasileira para a Guiana Francesa: novas representações identitárias?", *Synergies Brésil Spécial*, 1, 209-222.
- Benzaquen, Júlia (2008), "As vozes-saberes do musseque do mundo. Ampliar a aurição através de uma leitura de Luandino Vieira", *e-cadernos CES*, 02. Consultado a 26.02.2014, em <http://eces.revues.org/1291>.
- Beserra, Bernadete (2007), "Sob a sombra de Carmen Miranda e do carnaval: brasileiras em Los Angeles", *Cadernos Pagu*, 28, 313-344.
- Brah, Avtar; Phoenix, Ann (2004), "Ain't I a Woman? Revisiting Intersectionality", *Journal of International Women's Studies*, 5, 75-86.
- Cavalcante, Rebeca (2010), *Ciberativismo: Como as novas formas de comunicação estão a contribuir para a democratização da comunicação*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, Portugal.

- Cavalcanti, Leonardo (2006), "O Protagonismo empresarial imigrante a partir de uma perspectiva de gênero: o caso das brasileiras nas cidades de Madrid e Barcelona", *Anais Do Seminário Internacionao Fazendo Gênero 7*, Santa Catarina: UFSC.
- Cunha, Isabel (2005), "A mulher brasileira na televisão portuguesa", *Actas do III SOPCOM, VI LUSOCOM e II Ibérico III*, 535-553.
- Cunha, Isabel (2007), "Imigrantes nos media portugueses: representações das minorias no início do milênio", *Comunicação e Educação*, 12(2), 49-58.
- Cunha, Teresa (2008), "Uma reflexão caminhante sobre espaços e conceitos de participação das mulheres na sociedade portuguesa", in Teresa Cunha e Celina Santos (orgs.), *Artigo feminino das raízes da participação*. Granja do Ulmeiro: AJPazp., 25-40.
- Cunha, Teresa (2011), *Para além e um índico de desesperos e revoltas: uma análise feminista pós-colonial das estratégias de autoridade e poder das mulheres de Moçambique e Timor-Leste*. Tese de Doutoramento apresentada à Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais, Coimbra, Portugal.
- Curran, Sara; Shafer, Steven; Donato, Katharine; Garip, Filiz (2006), "Mapping Gender and Migration in Sociological Scholarship: Is It Segregation or Integration?", *International Migration Review*, 40(1), 199-223.
- Donato, Katharine; Gabaccia, Donna; Holdaway, Jennifer; Manalansan, Martin; Pessar, Patricia (2006), "A Glass Half Full? Gender in Migration Studies", *International Migration Review*, 40(1), 3-26.
- Egreja, Catarina; Peixoto, João (2011), "Caminhos limitados ou mobilidade laboral bloqueada: a mobilidade socioprofissional dos imigrantes brasileiros em Portugal", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 67, 43-64.
- Ehrenreich, Barbara; Hochschild, Arlie Russell (orgs.) (2004), *Global Woman: Nannies, Maids, and Sex Workers in the New Economy*. New York: Holt Paperbacks.
- França, Thais (2012), *Lindas Mulatas com Rendas de Portugal: A inserção das mulheres brasileiras no Mercado de Trabalho Português*. Tese de Doutoramento apresentada à Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais, Coimbra, Portugal.
- Freitas, Ana Cláudia (2009), *Percursos de imigração de mulheres brasileiras para fins de prostituição em Portugal*. Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade do Porto, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, Porto, Portugal.
- Foucault, Michel. (2002), *A palavra e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes.
- Gomes, Mariana (2009), *Marketing turístico e violência contras as mulheres: (des)(re)construção do Brasil como paraíso de mulatas*. Dissertação de Mestrado apresentada à UFGRS, Porto Alegre, Brasil.
- Gomes, Mariana (2011), "Mulheres Brasileiras Em Portugal e Imaginários Sociais: Uma Revisão Crítica Da Literatura", *CIES e-Working Paper 206/2011*. Consultado a 08.06.2013, em http://www.cies.iscte.pt/destaques/documents/CIES-WP106_Gomes.pdf.

- Gomes, Mariana (2013), *O imaginário social Mulher Brasileira em Portugal: uma análise da construção de saberes, das relações de poder e dos modos de subjetivação*. Tese de Doutorado apresentada ao Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, Portugal.
- Harding, Sandra (1987), "Introduction: Is There a Feminist Method?", in Sandra Harding (org.), *Feminism and Methodology*. Bloomington: University Press, 1-14.
- Harding, Sandra (1991), *Whose Science? Whose Knowledge? Thinking from Women's Lives*, New York: Cornell University Press.
- Herrera, Gioconda (2011), "Cuidados globalizados y desigualdad social: reflexiones sobre la feminización de la migración andina", *Nueva Sociedad*, 223, 87-97.
- Herrera, Gioconda (2012), "Género y migración internacional en la experiencia latinoamericana. de la visibilización del campo a una presencia selectiva", *Política y Sociedad*, 49(1), 35-46.
- Hondagneu-Sotelo, Pierrette (2003), *Gender and U. S. Immigration: Contemporary Trends*, California: University of California Press.
- Hondagneu-Sotelo, Pierrette (2007), *Domestica: Immigrant Workers Cleaning and Caring in the Shadows of Affluence*. California: University of California Press.
- Hondagneu-Sotelo, Pierrette (2011), "Gender and Migration Scholarship: An Overview from a 21st Century Perspective", *Migraciones Internacionales*, 6(1), 219-233.
- Hull, Gloria T.; Bell-Scott, Patricia; Smith, Barbara (orgs.) (1993), *But Some of Us Are Brave: All the Women Are White, All the Blacks Are Men: Black Women's Studies*. New York: The Feminist Press at CUNY.
- Juliano, Dolores (2000), "Mujeres estructuralmente viajeras: estereotipos y estrategias", *Papers*, 60, 381-389.
- Kofman, Eleonore (1999), "Female 'Birds of Passage' a Decade Later: Gender and Immigration in the European Union", *International Migration Review*, 33(2), 269-299.
- Kofman, Eleonore (2000), "The Invisibility of Skilled Female Migrants and Gender Relations in Studies of Skilled Migration in Europe", *International Journal of Population Geography*, 6, 45-59.
- Kofman, Eleonore; Baptista, Parvati (2005), "Gender and Skilled Migrations: Into and Beyond the Work Place", *Geoforum*, 36(2), 149-154.
- Kofman, Eleonore; Raghuram, Parvati (2009), "Skilled Female Labour Migration", *Focus MIGRATION Policy Brief*, 13, 1-8.
- La Barbera, Maria Caterina (2012), "Intersectional-Gender and the Locationality of Women 'in Transit'", in Glenda Tibe Bonifacio (org.), *Feminism and Migration: Cross-Cultural Engagements*. London: Springer, 17-33.
- Lisboa, Teresa Kleba (2007), "Fluxos migratórios de mulheres para o trabalho reprodutivo: a globalização da assistência", *Estudos Feministas*, 15(3), 805-821.
- Lugones, Maria (2008), "Colonialidad y Género", *Tabula Rasa*, 9, 73-101.
- MacClintock, Anne (2010), *Couro imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial*. Campinas: UNICAMP.

- Magliano, María José (2009), "Migración, género y desigualdad social. La migración de mujeres bolivianas hacia Argentina", *Revista Estudos Feministas*, 17(2), 349-367.
- Mahler, Sarah J.; Pessar, Patricia R. (2006), "Gender Matters: Ethnographers Bring Gender from the Periphery toward the Core of Migration Studies", *International Migration Review*, 40(1), 27-63.
- Manifesto em repúdio ao preconceito contra as mulheres brasileiras em Portugal (2011). Consultado a 09.06.2013, em <http://manifestomulheresbrasileiras.blogspot.pt/>.
- Manalansan, Martin (2006), "Queer Intersections: Sexuality and Gender in Migration Studies", *International Migration Review*, 40(1), 224-249.
- Margolis, Maxine (1998), *Invisible Minority, Brazilians in New York City*. São Paulo: Allyn and Bacon.
- Mies, Maria; Shiva, Vandana (1993), *Ecofeminism*. London: Zed Books.
- Mohanty, Chandra Talpade (1984), "Bajo Los ojos de Occidente. Academia feminista y discurso colonial", in Liliana Suárez-Navaz, Rosalva Aída Hernandez Castillo (orgs.), *Descolonizando El Feminismo: Teorias y Praticas Desde Los Márgenes*. Madrid: Catedra, 407-464.
- Mohanty, Chandra Talpade (2003), "Under Western Eyes Revisited: Feminist Solidarity through Anticapitalist Struggles", *Signs*, 28(2), 499-525.
- Morokvasic, Mirjana (1984), "Birds of Passae Are Also Women", *International Migration Review*, 18(4), 886-907.
- Narvaz, Martha Giudice; Koller, Silvia Helena (2006), "Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa, clínica e política", *Psicologia em Estudo*, 11(3), 647-654.
- Narvaz, Martha Giudice; Koller, Silvia Helena (2007), "A marginalização dos estudos feministas e de gênero na psicologia acadêmica contemporânea", *Psico*, 38(3), 216-223.
- Nawyn, Stephanie J. (2010), "Gender and Migration: Integrating Feminist Theory into Migration Studies", *Sociology Compass*, 4(9), 749-765.
- Neves, Sofia; Nogueira, Conceição (2005), "Metodologias feministas: a reflexividade ao serviço da investigação nas ciências sociais", *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 18(3), 408-412.
- Padilla, Beatriz (2007), "a imigrante brasileira em Portugal: considerando gênero na análise", in Jorge Malheiros (org), *A imigração brasileira em Portugal*. ACIDI: Lisboa: 113-135.
- Pais, José Machado (2010), "'Mães de Bragança' e feitiços: enredos luso-brasileiros em torno da sexualidade", *Revista de Ciências Sociais*, 41(2), 9-23.
- Piper, Nicola (2006), "Gendering the Politics of Migration", *International Migration Review*, 40(1), 133-164.
- Piscitelli, Adriana (2008), "Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras", *Sociedade e Cultura*, 11, 263-274.
- Piscitelli, Adriana (2011), "Procurando vítimas do tráfico de pessoas: brasileiras na indústria do sexo na Espanha", *Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana*, 37(IXI), 11-26.
- Santos, Clara (2007), *Imagens de mulheres imigrantes na imprensa portuguesa: análise do ano de 2003*. Lisboa: ACIDI.

- Sassen, Saskia (1997), "Immigration Policy in a Global Economy", *SAIS Review*, 17(2), 1-19.
- Sassen, Saskia (2002), "Women's Burden: Counter-Geographies of Globalization and the Feminization of Survival"; *Nordic Journal of International Law*, 71(2), 255-274.
- Schmidt, Simone Pereira (2004), "Como e por que somos feministas", *Revista Estudos Feministas*, 12, 17-22.
- Scott, Joan (1986), "Gender: A Useful Category of Historical Analysis", *The American Historical Review*, 91(5), 1053-1075.
- Smith, Barbara; Combahee River Collective (1986), *Combahee River Collective Statement: Black Feminist Organizing in the Seventies and Eighties*. New York: Kitchen Table Press.
- Spelman, Elizabeth (1988), *Inessential Woman: Problems of Exclusion in Feminist Thought*. Boston: Beacon Press.
- Spivak, Gayatri Chakravorty (1988), "Can the Subaltern Speak", in Cary Nelson e Lawrence Grossberg (orgs.), *Marxism and the Interpretation of Culture*. Reino Unido: Macmillan Education, 271-313.
- Silva, Paulo; Rosemberg, Fúlvia (2008), "Brasil: lugares de negros e brancos na mídia", in Teun van Dijk (org.), *Racismo e discurso na América Latina*. São Paulo: Contexto, 73-118.
- Stolke, Verena (2006), "O Enigma das intersecções: classe, 'raça', sexo, sexualidade. a formação dos impérios transatlânticos do século XVI e XIX", *Revista Estudos Feministas*, 14(1), 15-42.
- Tavares, Manuela; Coelho, Salomé; Góis, Manuela (2009), *O debate epistemológico nos estudos feministas*. Paper apresentado no Seminário Interdisciplinar Gênero e Ciências Sociais, Instituto Superior da Maia, Portugal, 4-5 de dezembro.
- Van Dijk, Teun A. (2010), *Discurso e poder*. São Paulo, Ed. Context.
- Vegh, Sandor (2003), "Classifying Forms of Online Activism: The Case of Sybertprotests against the World Bank", in Martha Mccaughey; Michael D. Ayers (orgs.), *Cyberactivism: Online Activism in Theory and Practice*. London: Routledge, 71-95.
- Young, Iris Marion (1995), *On Female Body Experience "Throwing Like a Girl" and Other Essays*. New York: Oxford University Press.
- Yuval-Davis, Nira (2006), "Intersectionality and Feminist Politics", *European Journal of Women's Studies*, 13(3), 193-209.